

## EDITORIAL DOSSIÊ NEGACIONISMOS E AUTORITARISMOS

---

Cibele Barbosa

José Luiz Ratton

“Nunca se mentiu tanto quanto nos dias de hoje. E nunca se mentiu de maneira tão despudorada, sistemática e constante”.

Para as leitoras e leitores dos nossos dias, essa frase não é nada novo sob o front. Em outras palavras, tal afirmação poderia estampar qualquer artigo de opinião publicado no dia de hoje ou fazer parte de algum livro dedicado a pensar os tempos atuais. No entanto, trata-se de uma frase escrita em 1943, pelo filósofo francês Alexander Koyré, em seu artigo *Reflexões sobre a mentira*. Em meio a uma Europa em guerra, marcada por genocídios e nazifascismos, Koyré refletia acerca da “função política da mentira moderna”.

Referia-se, no caso, aos regimes totalitários que a utilizavam como arma. O que chamava atenção do filósofo francês era o fato de a mentira, tão comum em tantas épocas e sociedades, ter sido adotada de forma sistemática e massiva por esses regimes. E mais: não se tratava de considerar a mentira, nesse caso específico, como negação de uma verdade, mas para esses regimes totalitários modernos, a verdade objetiva “não faz sentido algum”. Não havia, portanto, pretensão de construir uma narrativa com o intuito de revelar o real, mesmo que equivocadamente. A ideia consistiria em modificar, transformar, distorcer e contorcer o real em “direção àquilo que não é”.

Esse é um aspecto que deixou pensadoras como Hannah Arendt ou mesmo o escritor George Orwell e outros, em alerta. Elas não estavam diante de diferentes construções sobre a verdade pois, neste caso, ela sequer estava em pauta. O desprezo pela verdade, pela comprovação dos fatos, assustou o autor de *A revolução dos bichos* e

1984 . Em um artigo escrito em 1943, no qual comentava as mentiras publicadas em jornais durante a Guerra Espanhola, o escritor britânico desabafava: “Para mim, isso é assustador, pois com frequência me dá a sensação de que o próprio conceito de verdade objetiva está desaparecendo do mundo.” O solo da veracidade atestada por fatos parecia um terreno instável, movediço.

Hannah Arendt, no livro *Entre o passado e o futuro*, compartilhava preocupação com esse novo fenômeno na qual a mentira deliberada, em sua faceta moderna e totalitária, implicaria não apenas uma ocultação da verdade factual, objetiva, mas visava a sua destruição.

Nos anos 1980, o historiador Henri Rousso, no seu livro *A síndrome de Vichy*, utilizou o termo negacionismo para se referir a grupos e indivíduos que negavam a existência e os horrores do Holocausto. No caso específico, ele se referia a uma prática de manipulação de fatos e distorção da realidade, que estabelece falácias e apregoa teses infundadas e inverídicas, afirmações injustificáveis. Rousso usava esse termo para desmascarar grupos que se intitulavam revisionistas, mas que de fato não estavam comprometidos com provas e evidências científicas, e sim com motivações de cunho ideológico. Não se tratava, portanto, de uma disputa de interpretações. Rousso deixava claro que o negacionismo abala a estrutura da argumentação científica e factual, pois é deliberadamente orquestrada para invalidar a verdade.

Em 1993, a historiadora Deborah Lipstadt teve que provar nos tribunais a existência do Holocausto. Na época, ela havia publicado um livro chamado *Negando o Holocausto - O Crescente Ataque à Verdade e à Memória*, no qual acusava o escritor britânico David Irving de ser negacionista. Afinal, o referido escritor negava que as câmaras de gás tinham sido usadas para matar os judeus, entre outras negações de atrocidades. Sentindo-se lesado ao ser chamado de "um dos mais perigosos porta-vozes da negação do Holocausto" pela professora da universidade de Emory (Atlanta), o escritor entrou com um processo jurídico contra a docente e a editora Penguin Books.

A professora ganhou o processo no ano 2000, após muita midiaticização em torno do tema. Desde essa época, muitos estudiosos começaram a definir melhor e ampliar os

sentidos do termo negacionismo. Não se tratava apenas de negação de fatos do passado, como o genocídio armênio praticado pelos turcos, ou o holocausto judeu praticado pelos nazistas; tratava-se de um fenômeno que evocava um *modus operandi* no modo como determinados grupos orquestravam, inventavam e difundiam inverdades. Para Rousso, em suas reflexões mais recentes, o negacionismo poder ser compreendido como uma modalidade discursiva, ou mesmo um modo de representação do passado e de percepção do presente.

Na primeira década do século XXI, em especial, essa prática sistematizada passou a ser incorporada em campanhas políticas de candidaturas com perfis autoritários e antidemocráticos. Em outros termos, os negacionismos deixavam de ser situações pontuais para serem reproduzidos como tática de desconstrução da verdade sobre temas sensíveis do passado e do presente, além de serem instrumentalizadas para fins políticos antidemocráticos.

Mas, do que estamos falando quando falamos de negacionismo?

Uma primeira forma de pensar o negacionismo talvez deva referir-se às tentativas intencionais de recusar ou negar argumentos, realidades ou verdades consensuadas e provisórias, endossadas pela ciência ou soluções convencionais produzidas no âmbito daquilo que se entende como Estado Democrático de Direito. Tais práticas coletivas de negação (ou de recusa) não somente negam a ciência, a democracia, o Estado de direito, a possibilidade de reconhecimento do outro, mas buscam estabelecer formas completamente diferentes de ver o mundo, com pretensão de superioridade e relacionadas a desejos inconfessos de recusa à diferença e à alteridade. Deste modo, o negacionismo constituiria um fenômeno pós-iluminista e retardatário de reação às inconveniências (para alguns grupos sociais) da ciência moderna e dos emergentes consensos morais inclusivos no que pode ser chamado de “alta modernidade” ou “capitalismo tardio”.

São vários os objetos dos negacionismos contemporâneos: o holocausto; a ditadura militar brasileira; o racismo; a mudança climática; a AIDS e a pandemia da

covid-19, entre muitos outros. Em todos estes casos, para além da dúvida cética e sistemática - inerente à lógica da ciência – e de déficits cognitivos e informacionais, o que está em jogo, em todos os casos citados é, por um lado, a busca deliberada, relacionada a interesses extra científicos, de natureza política ou econômica, de produzir desinformação, facilitada e amplificada pelas novas capacidades e possibilidades de comunicação que a tecnologia trouxe nos últimos 30 anos.

Mas algo ainda precisa ser explicado: por que a retórica negacionista atrai tantas pessoas? Talvez possamos dizer que as mudanças sociais intensas e de grande escala das últimas décadas, acompanhadas pela perda de status de grupos sociais tradicionais, e pela incapacidade de grupos emergentes de vislumbrarem oportunidades em um mundo cada vez mais desigual, forneçam os fundamentos emocionais e morais do fenômeno negacionista. O desespero, a desesperança e a desorientação diante de tudo aquilo que não conseguem mais explicar e interpretar com as categorias morais hostis à diferença, agora inaceitáveis, são o combustível para a adesão de amplos contingentes populacionais aos discursos e práticas negacionistas.

De certa forma, tais coletividades buscariam proteção, reconhecimento e segurança junto àqueles líderes e grupos que propagam um discurso autoritário, hierárquico e excludente, capazes de dar sentido e ordem a um mundo transformado pelas incertezas produzidas pelas descobertas científicas e pelos emergentes consensos morais inclusivos que contrariam os desejos inconfessos de manutenção do *status quo*.

Como foi colocado por um dos autores deste dossiê, José Szwako, chamar algo ou alguém de negacionista virou uma febre tanto na vida política quanto no cotidiano da população, desde a pandemia da covid-19. Desse modo, diante da centralidade que o negacionismo vem ocupando nos últimos anos, além de seus impactos nas vidas de milhões de brasileiras e brasileiros, escolhemos o tema para compor este dossiê da revista Coletiva.

Empenhar-se em discutir e difundir reflexões sobre esta temática é um desafio: principalmente para que professoras e professores, em todos os níveis da educação, possam compreender e discutir esse fenômeno em sala de aula. O desafio não é simples.

Em primeiro lugar, porque não há uma definição rígida e fechada sobre negacionismo. Como bem afirmou José Szwako, no primeiro artigo do dossiê, trata-se de uma rotulação que não é assumida por seus agentes, ou seja, que não é autodeterminada. Em geral a(o) negacionista é identificada(o) por outras(os) que a(o) denunciam. Desse modo, não há uma forma única que permita identificar os negacionismos, porém, há consensos e pesquisas que mostram padrões e aspectos em comum que podem oferecer formas de compreensão sobre o tema.

Na entrevista concedida para o nosso dossiê, a historiadora Lilia Schwarcz diferencia negação e negacionismo. Negacionismo, para a professora de antropologia da USP, é “*a passagem desse estado de negação, que é um conceito mais da ordem do indivíduo, da pessoa, para uma política de Estado.*” O governo anterior de Jair Bolsonaro, como bem sabemos, adotou o negacionismo como política de Estado e, nesse sentido, a inspiração autoritária de seu governo foi um prato cheio para a adoção do negacionismo como ferramenta de ação política. Por essas e outras razões, o título do dossiê não poderia ser outro que *Negacionismos e autoritarismos*. Outro ponto a não perder de vista e que é defendido pelos autores Christian Lynch e Paulo Cassimiro, trata da relação direta entre negacionismos e o populismo reacionário, relação que não está circunscrita apenas ao governo Bolsonaro, mas possui raízes mais remotas e situadas para além do caso brasileiro. Como bem pontuam os autores: “*O negacionismo é parte estruturante do pensamento reacionário, desde suas origens*”.

As leitoras e os leitores desta revista devem ter notado que adotamos o termo “negacionismos” no plural. A opção se deve, de modo geral, à complexidade e capilaridade desse fenômeno, que não se resume à negação de algo, mas a um conjunto de estratégias de invalidação de conquistas sociais, científicas e políticas. Deste modo, os artigos presentes neste dossiê pautam algumas nuances e desdobramentos do negacionismo em diferentes aspectos, a exemplo da questão indígena, em texto escrito pelas professoras Mércia Rangel e Ana Flávia Moreira; no tratamento do tema das desigualdades no Brasil, discutido no texto de Vitor Bahia e na falácia do racismo “reverso”, conforme analisado por Andreia de Jesus em seu artigo. O dossiê também

conta com uma matéria especial assinada por Aline Cavalcanti e Mylena de Paula, acerca das *fake news* e as estratégias possíveis para que sejam enfrentadas. Por fim, as(os) leitoras(es) encontrarão uma série de sugestões de conteúdos para ler, assistir e ouvir, na seção Saiba mais.

Certamente os textos presentes neste dossiê não esgotam a pluralidade e amplitude do tema, porém traçam caminhos para que se conheça um pouco mais sobre o fenômeno. É, também, um convite à imersão em leituras sobre o tema, de modo a melhor preparar as(os) leitoras (es) a identificarem e enfrentarem os efeitos e desdobramentos cotidianos dos negacionismos nos diversos espaços sociais, em especial, na sala de aula.

## OS EDITORES



**Cibele Barbosa** é doutora e mestra em História pela Universidade Paris IV/Sorbonne, possui graduação em História pela Universidade Federal de Pernambuco, é pesquisadora titular da Fundação Joaquim Nabuco e professora do ProfSocio/Fundaj.



**José Luiz Ratton** é doutor e mestre em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e professor/pesquisador do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Em 2022, foi um dos organizadores do Dicionário dos Negacionismos no Brasil, publicado pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).